

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2024**PREÂMBULO**

O **MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – ES**, pessoa jurídica de direito público interno, através da Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAG, torna público para conhecimento dos interessados que realizará **CHAMADA PÚBLICA**, objetivando selecionar **Organizações da Sociedade Civil – OSC** – para a **Promoção do Desenvolvimento Rural no Município de Cachoeiro de Itapemirim**, apoiando a melhoria na infraestrutura e qualidade da produção com o **Acordo de Cooperação de 01 (uma) RETROESCAVADEIRA**, conforme especificação do objeto abaixo em apoio a **associações de agricultores/moradores rurais**, de acordo com a demanda da Secretaria Municipal Agricultura, conforme processo administrativo sob o Protocolo nº 1479/2024.

A Chamada Pública será realizada conforme Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015 e o Decreto de nº 27.391/2017, que regulamenta, no Município a aplicação da Lei nº 13.019/2014 e conforme a Lei Municipal nº 7272/2015, que institui o Programa Municipal de Apoio às Organizações da Agricultura Familiar e o Decreto nº 25.881/2016, que dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 7272/2015, a ser executada pela Comissão de Seleção, devidamente designados através da Portaria nº 428/2023 e demais legislações aplicáveis à matéria, nos termos do presente edital e respectivos anexos que passam a fazer parte integrante para todos os efeitos. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e projeto/plano de trabalho, no período de **05 de Fevereiro de 2024 até o dia 05 de Março de 2024**, a partir de 8h até às 16h, no Endereço: **Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAG: Rua Angelo Maria Mignone, 18 – INDEPENDÊNCIA. CEP: 29.306-420 – CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – ES, Tel.: (28) 3521-1963 – (28)3521-1385 - (28)3155-5266**, observando-se o seguinte:

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente é selecionar Projetos/Planos de Trabalho de Organizações da Sociedade Civil – OSC – para a **Promoção do Desenvolvimento Rural no Município de Cachoeiro de Itapemirim**, apoiando a melhoria na infraestrutura rural e a qualidade da produção nas propriedades rurais, com o **Acordo de Cooperação para uso de 01 (uma) RETROESCAVADEIRA** a título precário, em apoio a **associações de agricultores/moradores rurais**, especificados abaixo:

1) **01 (uma) Retroescavadeira Modelo XC870BR-I 4x4**, Cabine Fechada, Ano 2023/2023, cor amarela, Marca XCMG com transmissão XCMG, **Chassi nº XUG08703PPPA01969**, Nota Fiscal nº 000058040, **PATRIMÔNIO nº 000124344**, em ótimo estado de conservação.

1.2 O presente Edital é destinado às **Associações de Moradores/Produtores Rurais** situadas no Município de Cachoeiro de Itapemirim – ES.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. A Chamada Pública será realizada no endereço abaixo indicado:

2.1.1. Endereço: Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAG: Rua Angelo Maria Mignone, 18 – INDEPENDÊNCIA. CEP: 29.306-420 – CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – ES, Tel.: (28) 3521-1963 – (28)3155-5283 - (28)3155-5266.

2.2. Deverão ser entregues 2 (dois) envelopes, referentes à:

1) Documentação Habilitatória e Projeto/Plano de Trabalho, no endereço constante do item:

2.2.1. NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, DIRETAMENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAG, onde serão recebidos os envelopes no período de 05/02/2024 até o dia 05/03/2024 de 08 às 16h.

2.3. Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:	A partir do dia 05/02/2024 até o Dia 05/03/2024 – das 08:00h até no máximo 16:00 h
CREDENCIAMENTO DOS PROPONENTES:	A partir do dia 05/02/2024 até o Dia 05/03/2024 – das 08:00h até no máximo 16:00 h
ABERTURA DOS ENVELOPES PARA HABILITAÇÃO	Dia 06/03/2024 das 08:00h às 16h

2.4. Das Retiradas do Edital:

2.4.1. As proponentes interessadas em participar da presente chamada pública, poderão retirar o edital, documentos integrantes e demais anexos, gratuitamente através do site: www.cachoeiro.es.gov.br, ou pessoalmente na SEMAG, no endereço indicado no item 2.1.1, em dias úteis, no horário de 08:00 às 16:00h.

2.5. Dos Esclarecimentos

2.5.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo de chamada pública, deverão ser dirigidos a comissão de seleção em até, no máximo, **05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para encerramento do recebimento dos envelopes**, que ocorrerá no dia **27/02/2024**, por meio eletrônico, semai@cachoeiro.es.gov.br ou entregue no endereço especificado no subitem 2.1.1 deste edital.

2.5.2. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos exclusivamente mediante divulgação na internet, através do site www.cachoeiro.es.gov.br, sem informar a identidade da OSC e de seu representante.

2.5.3. Às proponentes (OSC) interessadas cabe acessar assiduamente o referido endereço para tomarem conhecimento das perguntas e respostas e manterem-se atualizadas sobre esclarecimentos referentes a este Edital.

2.5.4. Compete a cada proponente (OSC) fazer um minucioso exame do Edital, e das condições nele estabelecidas, obrigando-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site www.cachoeiro.es.gov.br bem como as publicações oficiais, com vistas a possíveis alterações.

2.6. Da Impugnação do Ato Convocatório

2.6.1. Até 5º (quinto) dia útil antes da data fixada para o encerramento da entrega dos envelopes (27/02/2024), QUALQUER PESSOA poderá impugnar o ato convocatório deste Chamamento **por irregularidades na aplicação da Lei 13.019/2014**, devendo a administração julgar e responder à impugnação até o **3º (terceiro) dia útil antes da data fixada para o encerramento da entrega dos envelopes de habilitação (29/02/2024)**.

2.6.2. Acolhida a impugnação contra o Edital este será corrigido e designada nova data para a realização do Chamamento, salvo quando esta não implicar a alteração na formulação das propostas.

2.6.3. Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, observado o subitem 2.6.2.

2.6.4. As impugnações deverão ser protocoladas na Secretaria Municipal de Agricultura, no endereço constante no preâmbulo deste Edital, em dias úteis, no horário de 08 às 16:00 horas, ou encaminhada para o e-mail: **semai@cachoeiro.es.gov.br**, aos cuidados da Comissão de Seleção.

2.6.5. É vedada à proponente a utilização de impugnação sem qualquer fundamento ou de natureza meramente protelatória ou que vise a tumultuar o procedimento licitatório. Identificado tal comportamento, poderá a Comissão de Seleção ou, se for o caso, a autoridade superior, arquivar sumariamente os expedientes, bem como aplicar penalidade.

2.6.6. As impugnações interpostas fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela **PROPONENTE** não serão conhecidos.

2.6.7. Para fins de identificação de interposição da impugnação, o impugnante deverá anexar, por meio de arquivo eletrônico ou documental, devendo constar:

- a) habilitação jurídica conforme consta no Edital;
- b) documento de identificação com foto do representante legal;
- c) instrumento de procuração se for o caso;
- d) documento de identificação com foto do procurador;
- e) na condição de pessoa física deverá apresentar documento de identificação com foto.

3. FONTE DE RECURSO

3.1. Haverá Acordo de Cooperação com o equipamento pertencente à administração pública, do objeto descrito neste edital e por seus moldes estabelecidos, de propriedade do Município, doado pelo Governo do Estado do Espírito Santo, conforme **Contrato de Doação com Encargos SEAG/Nº 0521/2023 – Processo nº 2023-C0L3R**, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAG.

3.2. A contrapartida das OSC's expressa no edital, deve estar descrita de forma explícita no projeto/plano de trabalho.

3.3. Cada OSC poderá apresentar um único projeto, sendo vedada a apresentação de projetos que beneficiem terceiros, além das esposas e filhos sócios da proponente.

4 – DOS PARTICIPANTES

4.1. Poderão participar da presente Chamada Pública:

a) As Organizações da Sociedade Civil (OSC) ligadas a agricultores familiares legalmente constituídas não inferior a 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de publicação deste edital, com sede no Município de Cachoeiro de Itapemirim, que apresentem em seus atos constitutivos, objeto de cunho essencialmente produtivo e de valorização das atividades rurais de sua comunidade;

b) Deverá ser apresentado o comprovante da DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf para declarar que possuam no quadro social, no mínimo, 60% de agricultores familiares;

c) Que possam comprovar a realização de pelo menos 3 (três) reuniões ordinárias, nos últimos 12 (doze) meses, com atas lavradas em livro próprio e devidamente assinada pelos presentes, que trataram da proposta apresentada.

4.2. A regularidade fiscal e documental da proponente é requisito para o recebimento do apoio previsto neste Edital.

4.3. Aquele que aderir a este Edital de Chamada Pública, através do envio do Projeto/Plano de Trabalho, declara que atende a todas as exigências legais e regulatórias para tanto e que possuem autorização legal para fazer a proposta, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades da legislação civil e penal aplicáveis.

4.4. O encaminhamento dos projetos/plano de trabalho pressupõe o pleno conhecimento de todas as exigências contidas no edital de chamada pública e implica a **aceitação integral e irretratável** aos termos de condições nele dispostas.

5. CREDENCIAMENTO

5.1. Os representantes deverão apresentar **FORA DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E ANTES DA ABERTURA DO ENVELOPE Nº. 01**, o seu credenciamento.

5.2. Para uma questão de transparência e lisura em todo o processo desta Chamada Pública, as proponentes deverão estar presentes ou se fizerem representar por representantes legais, para acompanhamento da abertura dos envelopes na hora da conferência documental de cada proponente, a ser realizada pela Comissão de Seleção.

5.3. Fazendo-se representar por presidente ou diretor, este deverá comprovar a condição alegada de representante, e conseqüente posse de poderes para prática de todos os atos inerentes ao Chamamento, devendo ser apresentados em **original ou cópia autenticada** os seguintes documentos:

- a) ata de eleição e posse da diretoria em exercício;
- b) CPF e documento de identificação com foto do representante legal;
- c) comprovante de residência.

5.4. Caso a OSC se faça representar por terceiros, deverá apresentar:

- a) Instrumento procuratório público ou particular, neste último caso (com reconhecimento de firma); ou ainda mediante Termo de Credenciamento, que comprove a outorga de poderes específicos e necessários para prática de todos os atos inerentes ao procedimento do Chamamento;
- b) Documento de identidade, com foto, do credenciado constituído (cópia autenticada ou original).

5.5. Os documentos de credenciamento - procurações e cartas credenciais - serão retidos pela Comissão de Seleção e juntados ao processo do Chamamento.

5.6. A ausência do representante ou credenciado, a não apresentação ou ainda a incorreção do documento de credenciamento para participar da sessão de abertura dos envelopes, não acarretará a inabilitação ou desclassificação da proponente.

5.7. Será permitida a participação ativa de apenas 01 (um) representante especificamente designado, de cada proponente (OSC).

5.8. Nenhum interessado poderá participar do presente Chamamento representando mais de uma proponente (OSC).

5.9. Após a abertura e verificação dos documentos contidos nos envelopes 01 e 02, todos os representantes legais e membros da Comissão de Seleção, deverão vistar a documentação conferida.

6. DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO JURÍDICA E PROJETO/PLANO DE TRABALHO

6.1 - Para o processo de habilitação os representantes das OSC's deverão entregar 02 (dois) envelopes lacrados, com as seguintes indicações, contendo:

ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO

MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAG

COMISSÃO DE SELEÇÃO

RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPLETA DA OSC - XXXXXX

CHAMADA PÚBLICA Nº **002/2024**

OBJETO:

PROPONENTE:

CNPJ Nº:

ENVELOPE Nº 02 – PROJETO / PLANO DE TRABALHO

MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAG

COMISSÃO DE SELEÇÃO

RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPLETA DA OSC - XXXXX

CHAMADA PÚBLICA Nº **002/2024**

OBJETO:

PROPONENTE:

CNPJ Nº:

7. ENVELOPE Nº 1 – HABILITAÇÃO**7.1.** A proponente deverá apresentar as declarações abaixo:

- a) cópia do estatuto registrado e suas alterações;
- b) ata de eleição e posse da diretoria em exercício;
- c) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- d) Certidões de regularidade:
 1. Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal/INSS (Certidão Negativa de Débitos relativos a créditos tributários Federais e à Dívida Ativa da União) – Certidão conjunta PGFN e RFB;
 2. Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual;
 3. Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal;
 4. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
 5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
 6. Carteira de Identidade e CPF do representante legal da OSC.

7.1.1. A proponente deverá apresentar as declarações abaixo:

- a) Declaração de Capacidade Técnica e Operacional (ANEXO III);
- b) Declaração de Início de Atividades (ANEXO IV);
- c) Declaração de Endereço de Funcionamento (ANEXO V);
- d) Declaração Nominal de Dirigentes (ANEXO VI);
- e) Declaração de não Participação e Remuneração de Servidor (ANEXO VII);
- f) Declaração (não empregar menor) (ANEXO VIII);
- g) Declaração de Adimplência com o Poder Público (ANEXO IX);
- h) Declaração de Publicidade da Parceria (ANEXO X) e
- i) Declaração do Contador Responsável (ANEXO XI).
- j) Três atas da associação, em três reuniões distintas, que trataram da proposta apresentada.

7.1.2. Check List de Verificação das Normas Internas Estatutárias (ANEXO XIV).

7.2. Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica;

7.3. Relação dos associados, contendo: nome, carteira de identidade, CPF, endereço e a data de admissão.

7.4. Os documentos de Habilitação deverão ser apresentados em originais ou publicação em órgão oficial, ou ainda, certificação digital, ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório ou por servidor público municipal, bem como, dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa expirar.

7.4.1. Na hipótese do documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua emissão.

7.5. Na ausência ou desconformidade de qualquer dos documentos listados no item 7.1, 7.2 e 7.3, fica facultado à Comissão a abertura de prazo para regularização dos mesmos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, desde que sejam respeitados os princípios constitucionais da isonomia e igualdade entre os participantes.

7.6. A inscrição é gratuita, e o ato da inscrição pressupõe a concordância da proponente com todos os termos deste Edital.

8. ENVELOPE Nº 02 – PROJETO/PLANO DE TRABALHO

8.1. As Organizações da Sociedade Civil - OSC, interessadas na elaboração e execução de Projeto / Plano de Trabalho que contemple os atendimentos descritos no item 2 do presente Chamamento, deverão entregar sua proposta na sede da Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAG, a partir do dia **05/02/2024 até o dia 05/03/2024**.

8.2. A apresentação da proposta pela OSC, pressupõe a concordância com todos os termos deste Edital;

8.3. A proposta deverá conter: título do projeto, breve histórico da OSC relatando experiências anteriores comprovando capacidade técnica para realizar as atividades, endereço completo, descrição das instalações físicas, recursos humanos, metas e etapas da execução, indicadores físicos, metodologia para execução das atividades, descrição de como serão realizadas e detalhamento das despesas.

8.4. Entregar a proposta dentro de envelope, encaminhada por meio de ofício (ANEXO I), assinado pelo representante legal da OSC, na Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAG, situada na Rua Angelo Maria Mignone, 18 – INDEPENDÊNCIA. CEP: 29.306-420, em Cachoeiro de Itapemirim/ES.

9. DA ELABORAÇÃO DO PROJETO/PLANO DE TRABALHO

9.1. O processo de elaboração do projeto/plano de trabalho deve ser precedido de reuniões e debates nas comunidades, conduzidos de forma participativa, com o maior número possível de pessoas (agricultores familiares, moradores e interessados), cujas atas (mínimo três) e documentos relativos deverão ser apresentados conforme item 9, deste Edital, anexadas ao Projeto/Plano de Trabalho, de forma a refletir as reais necessidades dos associados da proponente, o efetivo engajamento de seus integrantes, permitindo que os benefícios sejam apropriados de forma coletiva e, garantir o atendimento às necessidades daquela comunidade nos termos deste edital, com a melhoria na produção agrícola e na infraestrutura rural.

9.2. A elaboração do projeto deverá obrigatoriamente seguir as orientações contidas no “Plano de Trabalho” (ANEXO II), que constitui parte integrante deste Edital.

10. CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO PARA A SELEÇÃO DOS PROJETOS/PLANOS DE TRABALHO:

10.1. A avaliação da proposta será realizada pela Comissão de Seleção instituída nos termos da Lei nº 13.019/2015 e da Portaria Municipal nº 428/2023.

10.2. O grau de adequação da proposta aos objetivos específicos do programa ou da ação em que se insere o objeto da parceria e ao valor de referência constante do chamamento, constitui critério obrigatório de julgamento.

10.3. A COMISSÃO DE SELEÇÃO do chamamento, instituída pelo Secretário Municipal de Agricultura, por meio da Portaria nº 428/2023, incumbe julgar e supervisionar sua execução até a entrega da ata de encerramento do chamamento ao gabinete do Secretário, com a relação das organizações habilitadas, com as notas obtidas, em ordem decrescente, para a homologação final e posterior publicação no Diário Oficial do Município.

10.4. A COMISSÃO DE SELEÇÃO da SEMAG analisará e emitirá parecer, com fundamento no artigo 5º da Lei Municipal nº 7.272/2015, notadamente sobre os seguintes aspectos:

10.4.1. Integração de Políticas Públicas;

10.4.2. Assessoramento Técnico;

10.4.3. Articulação;

10.4.4. Possuir Parcerias;

10.4.5. Experiência com os temas do objeto e metas associadas;

10.4.6. Finalidade de reduzir as desigualdades de gênero, geração, raça e etnia;

10.4.7. Legitimidade da Organização;

10.4.8. Ações Coletivas;

10.4.9. Continuidade;

10.4.10. Agroecologia;

10.4.11. Monitoramento e Avaliação;

10.4.12. Apoio aos assentamentos/comunidades tradicionais;

10.4.13. Geração de Ocupação, Emprego e Renda;

10.4.14. Diagnóstico e Plano de Ação Participativo;

10.4.15. Promoção a Diversificação da Produção;

- 10.4.16.** Apoio à Educação do Campo;
10.4.17. Apoio à Agroindustrialização da Produção;
10.4.18. Apoio à Comercialização;
10.4.19. Utilização racional dos recursos naturais.

10.5. A Secretaria Municipal de Agricultura encaminhará os projetos/planos de trabalho e as documentações à Comissão de Seleção, para prosseguimento do processo de seleção.

10.6. A COMISSÃO DE SELEÇÃO da SEMAG após receber a documentação e o projeto/plano de trabalho analisará e selecionará os proponentes.

10.7. A Comissão de Seleção procederá ao julgamento da documentação e dos planos de trabalho entregue pelas organizações da sociedade civil – OSC, segundo os critérios estabelecidos na Tabela 2, fundamentando em ata sua decisão e emitindo parecer conclusivo acerca da seleção, eliminação e classificação dos planos de trabalho, em conformidade com os artigos 15 e 16 do Decreto Municipal nº 27.391/2017 que regulamenta a Lei Federal nº 13.019/2014 no âmbito do Município de Cachoeiro de Itapemirim.

10.8. É vedado a qualquer membro da COMISSÃO DE SELEÇÃO designar ou nomear procurador para a realização dos trabalhos de seleção e julgamento das propostas concorrentes ao presente Edital.

10.9. Fica reservado o direito à COMISSÃO DE SELEÇÃO, na hipótese de não haver projeto concorrente com qualidade técnica suficiente para receber o apoio previsto neste Edital, de não conceder o apoio.

10.10. Respeitada a quantidade máxima de equipamento disponível (01 retroescavadeira), prevista no item 1.1 deste Edital, a seleção dos projetos dar-se-á em duas etapas, de acordo com os seguintes critérios:

10.11. Habilitação Jurídica (Etapa Eliminatória);

10.12. A avaliação das propostas será de acordo com o que estabelece o Art. 5º da Lei Municipal nº 7.272/2015 e com base nos critérios da Tabela 2 abaixo (Etapa Eliminatória e Classificatória), pela qual, a pontuação máxima possível será de 99 pontos:

10.12.1 – A Pontuação total obtida pela proposta como Nota Final - NF, dar-se-á com a memória de cálculo: $NF\ total = (peso * nota) = pontos$

Tabela 2. Critérios de avaliação da organização.

Critérios de análise da proposta	Peso	Nota (0 a 3)	Pontos
Políticas Públicas: Integração com o Projeto de Produção Rural do Município.	3		
Assessoramento técnico: A proponente é assessorada por Serviço de ATER.	1		
Articulação: Integra empreendimentos econômicos da agricultura familiar.	2		
Parcerias: Conta com parcerias para o seu desenvolvimento.	2		

Experiência com os temas do objeto e metas associadas: A proponente apresenta experiência comprovada na realização de atividades coletivas em favor do desenvolvimento da agricultura familiar.	1		
Apresenta ações que contribuam para reduzir as desigualdades de gênero, geração, raça e etnia.	1		
Legitimidade da Organização: A proponente possui registros de reuniões frequentes dos sócios e do debate de assuntos de interesse coletivo.	1		
Ações Coletivas: Apresenta propostas de desenvolvimento de ações coletivas	2		
Continuidade: Apresenta estratégias de continuidade e sustentabilidade após a conclusão do projeto.	2		
Agroecologia: Prevê ações práticas para o desenvolvimento da agroecologia.	1		
Monitoramento e Avaliação: Contempla instrumentos de monitoramento e avaliação a serem realizados em conjunto com o público beneficiário.	2		
Apoio aos assentamentos / comunidades Tradicionais: Apresenta ações de apoio a assentamentos da reforma agrária e comunidades tradicionais.	1		
Geração de Ocupação, Emprego e Renda: Tem o objetivo de gerar emprego, ocupação e renda.	3		
Diagnóstico e Plano de Ação Participativo: O Projeto foi realizado a partir de diagnóstico participativo (apresentou documentos que comprovem).	3		
Promoção da diversificação da produção: Estimula a diversificação das atividades agropecuárias como alternativa de elevação da renda.	1		
Apoio à Educação do Campo: Prevê ações efetivas de envolvimento com a educação formal e informal no campo.	2		
Apoio à Agroindustrialização e Prestação de Serviços: Tem o objetivo de agregar valor à produção da agricultura familiar, através do processamento da produção, venda direta ao consumidor ou prestação de serviços na comunidade	2		
Apoio à Comercialização: Apresenta estratégias de integração com políticas públicas de comercialização ou outras ações de venda direta da produção.	2		
Utilização racional dos recursos naturais e locais: Apresenta ações de recuperação e conservação do ecossistema da mata atlântica e da cultura local.	2		
Pontuação total obtida pela proposta			

11. DOS IMPEDIMENTOS E MOTIVOS PARA INDEFERIMENTO DA PROPOSTA

11.1. Serão indeferidas as inscrições de projetos/plano de trabalho enquadrados em qualquer das situações previstas neste item, acarretando seu conseqüente impedimento em participar do objeto deste Edital.

11.2. Não atendimento, pela proponente, às exigências contidas neste Edital, seja quanto à forma, à documentação ou quanto aos formulários.

11.3. Apresentação da inscrição após o período estabelecido no edital.

11.4. Inadequação dos projetos/planos de trabalho às especificações deste edital.

12. OBJETO DE APOIO

12.1. O equipamento a ser oferecido nesse edital será destinado a 01 (uma) entidade de representação das comunidades rurais, que melhor for classificada no processo de seleção, conforme descrito abaixo:

a) 01 (uma) Retroescavadeira XC870BR-I 4x4, Marca XCMG com transmissão XCMG, Chassi nº XUG08703PPPA01969, Nota Fiscal nº 000056457, PATRIMÔNIO nº 000124344, em ótimo estado de conservação.

12.2. Havendo empate na classificação das proponentes, será considerada habilitada a OSC com inscrição cadastral mais antiga, para decidir qual entidade receberá o equipamento, objeto desse edital.

13. ITENS NÃO PASSÍVEIS DE APOIO

13.1. Não poderão constar dos projetos, sob nenhuma hipótese:

- a) quaisquer despesas administrativas e operacionais permanentes, tais como: manutenção preventiva e corretiva, combustível, implementos, lubrificantes ou quaisquer peças de reposição, contas de água, luz, telefone, aluguel, etc.
- b) pagamento de pessoal (operadores), encargos sociais, impostos e taxas permanentes;
- c) taxa para administração direta, gerência ou similar;
- d) indenizações de qualquer natureza;
- e) ações que não estejam diretamente vinculadas ao objeto;
- f) material de consumo;
- g) financiamento de dívida;
- h) aquisição de bens móveis e imóveis;
- i) publicidade em qualquer tipo de mídia.

14. **CONTRAPARTIDA**

14.1 A contrapartida da OSC dar-se-á por meio do valor das despesas administrativas e operacionais permanentes abaixo relacionadas:

- a) Manutenção preventiva e corretiva do equipamento;
- b) Abastecimento de combustível;
- c) Aquisição de implementos;
- d) Aquisição de lubrificantes ou quaisquer peças de reposição;
- e) Pagamento de impostos do equipamento;
- f) Despesas com pessoal (operadores), encargos sociais, impostos e taxas permanentes;
- g) A guarda do equipamento deverá ser em local seguro e devidamente coberto.

14.2 A proponente deve apresentar o custo médio de manutenção e conservação do equipamento.

15. **PROCEDIMENTO E CLASSIFICAÇÃO FINAL**

15.1. Depois de cumpridas as duas etapas eliminatórias (habilitação jurídica e avaliação geral do plano de trabalho), as propostas serão classificadas em ordem decrescente de pontos.

15.2. Havendo empate na classificação das proponentes, será considerada habilitada a OSC com inscrição cadastral mais antiga, para decidir qual entidade receberá o equipamento, objeto desse edital.

15.3. Em caso de não utilização do equipamento ofertados neste edital, a Comissão de Seleção verificará a possibilidade dos proponentes que foram eliminados ou desclassificados, apresentarem novo projeto/plano de trabalho em um prazo de até 30 (trinta) dias, para uma nova avaliação da Comissão de Seleção.

15.3.1. Cabe à Comissão de Seleção adotar todas as medidas e procedimentos elencados neste edital para a avaliação, devendo selecionar ou não o novo projeto/plano de trabalho;

15.3.2. Caso a Comissão selecione novo projeto/plano de trabalho, o mesmo será avaliado, conforme as normas neste Edital.

16. **DOS RESULTADOS**

16.1. O resultado final será publicado no Diário Oficial do município de Cachoeiro de Itapemirim e no site da Prefeitura Municipal (www.cachoeiro.es.gov.br).

16.2. As organizações proponentes têm prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de publicação do resultado da seleção, para apresentar recurso.

16.3. Os recursos devem ser encaminhados à Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAG, para análise e julgamento pela Comissão de Seleção.

16.3.1. Os recursos interpostos fora do prazo não serão apreciados.

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. Para a execução dos projetos/planos de trabalho a que se refere o presente Edital, os proponentes selecionados firmarão parceria com o Município de Cachoeiro de Itapemirim, por meio de Acordo de Cooperação.

17.2. As organizações proponentes cujos projetos/planos de trabalho forem selecionados deverão atualizar a documentação apresentada no momento da inscrição, que esteja com a validade vencida, e não poderão estar em situação de mora ou inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, municipal, estadual ou federal, conforme legislação em vigor.

18. DOS PERÍODOS DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO

18.1. Em qualquer caso, o período de execução será de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de liberação do equipamento, podendo ser prorrogado por até 12 (doze) meses, desde que devidamente justificado.

18.2. O período de acompanhamento será de até 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da assinatura do Acordo de Cooperação.

18.3. Durante toda a execução do projeto, o empreendimento deve manter a regularidade junto aos órgãos competentes.

19. DA CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO (HABILITAÇÃO JURÍDICA)

19.1. As organizações que tiverem os projetos selecionados, deverão protocolar os documentos abaixo relacionados, acompanhados de ofício da OSC (ANEXO I), na Secretaria Municipal de Agricultura, localizada na Rua Angelo Maria Mignone, 18 – INDEPENDÊNCIA, CEP: 29.306-420 – CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES.

19.1.1. Plano de trabalho, conforme ANEXO II.

19.1.2. Apresentar a documentação da OSC, conforme relacionado abaixo:

- a) cópia do estatuto registrado e suas alterações;
- b) ata de eleição e posse da diretoria em exercício;
- c) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- d) Certidões de regularidade:

1. Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal/INSS (Certidão Negativa de Débitos relativos a créditos tributários Federais e à Dívida Ativa da União) – Certidão conjunta PGFN e RFB;

2. Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual;
3. Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal;
4. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
6. Carteira de Identidade e CPF do representante legal da OSC.

19.1.3. A proponente deverá apresentar as declarações abaixo:

- a) Declaração de Capacidade Técnica e Operacional (ANEXO III);
- b) Declaração de Início de Atividades (ANEXO IV);
- c) Declaração de Endereço de Funcionamento (ANEXO V);
- d) Declaração Nominal de Dirigentes (ANEXO VI);
- e) Declaração de não Participação e Remuneração de Servidor (ANEXO VII);
- f) Declaração de que não emprega menor de idade (ANEXO VIII);
- g) Declaração de Adimplência com o Poder Público (ANEXO IX);
- h) Declaração de Publicidade da Parceria (ANEXO X) e
- i) Declaração do Contador Responsável (ANEXO XI).

19.1.4. Check-List de Verificação das Normas Internas Estatutárias (ANEXO XII).

19.1.5. Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica;

19.1.6. Relação dos associados, contendo: nome, carteira de identidade, CPF, endereço e a data de admissão.

20. VEDAÇÕES

20.1. Fica impedida de celebrar Acordo de Cooperação, objeto do presente chamamento, a Organização Social que:

- a) Não esteja regularmente constituída com sede no município de Cachoeiro de Itapemirim;
- b) Esteja omissa no dever de prestar contas de convênios ou parceria anteriormente celebrada;
- c) Tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
- d) Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados ou que esteja em revisão ou pendente de decisão;
- e) Que esteja suspensa ou impedida de participação em licitação ou celebrar parceria ou termo junto à administração pública;
- f) Tenha tido contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer ente da Federação, em decisão irrecurável nos últimos 8 (oito) anos;

21. DAS OBRIGAÇÕES

21.1 - Compete ao contratante:

21.1.1 – Celebrar o Acordo de Cooperação.

21.1.2 – Fornecer à PROPONENTE selecionada todos os elementos que possam ser indispensáveis a execução do projeto do presente Acordo.

21.1.3 – Atestar a prestação (realização) dos serviços/aquisições, observando as condições estabelecidas neste Acordo.

21.1.4 – Designar previamente a comissão de monitoramento e avaliação responsável pela fiscalização deste Acordo.

21.1.5 – Efetuar a entrega do equipamento à CONTRATADA conforme estabelecido no Acordo.

21.1.6 - Proceder à conferência de todas as etapas cumpridas no ato da entrega;

21.2 – Compete à proponente selecionada:

21.2.1. As proponentes selecionadas ficarão sujeitas a apresentarem prestações de contas dos equipamentos recebidos ao Município de Cachoeiro de Itapemirim, nos termos estabelecidos neste Edital.

21.2.2. As despesas com a conservação, manutenção preventiva e corretiva, abastecimento dos equipamentos serão comprovadas mediante cópia dos documentos fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, notas fiscais e outros documentos comprobatórios serem emitidos em nome da beneficiária, devidamente identificada, com referência ao título e ao número da parceria celebrada por força deste Edital.

21.2.3. As prestações de contas serão analisadas pela comissão de acompanhamento, monitoramento e avaliação da secretaria gestora (SEMAG), emitindo parecer:

I - Técnico - quanto à execução física e atingimento dos objetivos da parceria, podendo o setor competente valer-se de laudos de vistoria ou de informações obtidas junto a autoridades públicas do local de execução do projeto;

21.2.4. O não cumprimento de quaisquer dos subitens presentes neste tópico implicará medidas cabíveis para a devolução do equipamento, com a devida manutenção e em perfeitas condições de uso sob pena de responsabilização, sem prejuízo de outras sanções legais.

21.2.5. A organização beneficiária deverá manter em boa ordem todos os documentos relacionados à parceria pelo prazo de 10 anos, contados da data da aprovação da prestação de contas.

21.2.6. A SEMAG, após a aprovação final da prestação de contas, emitirá uma declaração expressa de que os equipamentos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

21.2.7. A prestação de contas final será composta pela seguinte documentação:

- 1) OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS (ANEXO XIII)
- 2) RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (ANEXO XIV);
- 3) RELATÓRIO DE ATIVIDADES REALIZADAS (ANEXO XV);
- 4) RELATÓRIO FOTOGRÁFICO (ANEXO XVI)
- 5) DECLARAÇÃO DE GUARDA DE DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL (ANEXO XVII)

21.2.8. Compete ainda à proponente:

- a) Manter o bem em perfeito estado de conservação e uso, não podendo transferi-lo a outrem, ficando sob sua responsabilidade a fiscalização do bom uso do referido equipamento;
- b) Devolver o bem, objeto deste instrumento, em perfeitas condições, ressalvado o seu desgaste normal, tanto na hipótese de término do prazo estabelecido neste Acordo, como no caso de sua rescisão antecipada;
- c) Em caso de perda, a qualquer título, ou dano no bem cedido, ressarcir o Município pelos prejuízos causados, podendo, a critério do Poder Público, essa reposição ser realizada por bem de igual valor, espécie, qualidade e quantidade. Em caso de furto ou roubo a entidade deverá registrar Boletim de Ocorrência (BO) junto a Polícia Civil e apresentá-lo imediatamente ao Município de Cachoeiro de Itapemirim – ES.
- d) Permitir o Município, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, realizar a fiscalização do bem quando entender necessário a qualquer tempo;
- e) Arcar com as despesas de transporte, seguro, impostos ou quaisquer outras que venham a incidir sobre o bem, objeto da presente Acordo.

21.2.9. A prestação de contas final será apresentada à SEMAG em até 60 (sessenta) dias após o encerramento do Acordo de Cooperação.

21.2.10. Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo convencionado, será concedido o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação, ou recolhimento do equipamento.

22. SANÇÕES

22.1. Pela execução da parceria em desacordo com o(s) plano(s) de trabalho e com as normas da Lei Federal n.º 13.019/2014, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do Município, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no § 2º.

§ 1º As sanções estabelecidas neste artigo são de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Agricultura, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

§ 2º Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

§ 3º A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 As organizações proponentes de projetos/planos de trabalho selecionados comprometem-se a realizar integralmente o projeto contemplado, independentemente de apoios adicionais, sendo-lhes facultada a busca de outros parceiros, em patrocínio direto ou apoio institucional, desde que não haja coincidência entre os itens apoiados com recursos previstos neste Edital (equipamentos) e os itens apoiados por outros parceiros públicos ou privados, caracterizando duplo financiamento.

23.2 As organizações que tiverem seus projetos selecionados comprometem-se a divulgar o apoio do Município de Cachoeiro de Itapemirim por intermédio da SEMAG, devendo o material de divulgação estar de acordo com o padrão de identidade visual fornecido pelo Município de Cachoeiro de Itapemirim, por meio de seus órgãos de comunicação.

23.3 Os interessados poderão obter esclarecimentos e informações relativos a este chamamento por meio de e-mail enviado para semai@cachoeiro.gov.br ou pelos telefones (28)3521-1963 (28)3155-5283 e (28)3155-5266.

23.4 Os projetos/planos de trabalho devem ser apresentados de forma completa, incluindo toda documentação e anexos correlatos, conforme consta no Edital. É vedada a inclusão de qualquer documento ou informação posteriormente à submissão do projeto/plano de trabalho original.

23.5 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar os termos do presente Edital, devendo protocolizar na Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAG, o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data final para apresentação da proposta.

23.6 A Comissão de Seleção deverá julgar as impugnações no prazo de 03 (três) dias úteis após seu recebimento.

23.7 Os casos omissos no presente Edital serão decididos pela comissão de seleção da SEMAG.

24. ETAPAS E PRAZOS

Período de apresentação da proposta: 05/02/2024 a 05/03/2024
Prazo para apresentação de recursos: 05 (cinco) dias (após a divulgação dos resultados)
Prazo para celebração do Acordo: 10 (dez) dias (a contar da publicação das OSC aptas)
Data de Entrega do bem: até 10 (dez) dias após assinatura e publicação do Acordo

25. ANEXOS

- ANEXO I – ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA
- ANEXO II – PLANO DE TRABALHO
- ANEXO III – DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL
- ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE INÍCIO DE ATIVIDADES
- ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO
- ANEXO VI – RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES
- ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE NÃO PARTICIPAÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIDOR
- ANEXO VIII – DECLARAÇÃO
- ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA COM O PODER PÚBLICO
- ANEXO X – DECLARAÇÃO DE PUBLICIDADE DA PARCERIA
- ANEXO XI – DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL
- ANEXO XII – CHECK LIST DE VERIFICAÇÃO DAS NORMAS INTERNAS ESTATUTÁRIAS
- ANEXO XIII – MODELO DE OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
- ANEXO XIV – MODELO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
- ANEXO XV – RELATÓRIO DE ATIVIDADES REALIZADAS
- ANEXO XVI – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO
- ANEXO XVII – DECLARAÇÃO DE GUARDA DE DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL

Cachoeiro de Itapemirim, 31 de Janeiro de 2024.

Secretaria Municipal de Agricultura
Elio Carlos Silva de Miranda
Decreto nº 32.945/2023